

Plano Piloto tem 243 quiosques

Priscila Machado

O cadastramento realizado pela Administração de Brasília revelou que 243 trailers, quiosques e reboques estão instalados nas áreas públicas do Plano Piloto. De acordo com o administrador, Ricardo Pires, esse foi o primeiro passo para a regularização dos comerciantes.

– Com o cadastro, nós fizemos um diagnóstico da situação atual. Nós teremos assim, dados, subsídios, para que o governo inicie a regularização – disse Pires

Segundo ele, o cadastro não dá nenhuma garantia de que os comerciantes poderão continuar em área

pública. Mas, quem não participou do cadastro estará fora do processo de regularização.

O levantamento trata apenas dos trailers, quiosques e reboques que possuem pontos fixos, não estão incluídos no levantamento os ambulantes. Os comerciantes tiveram um prazo de duas semanas para procurar a administração e fornecer seus dados cadastrais. No total, mais de 600 pessoas procuraram a administração, mas cerca de 180 não apresentaram a documentação necessária, como comprovante de residência e autorização anterior de uso da área.

Luiz Ribeiro, presidente da

ADILSON RIBEIRO

União dos Proprietários de Trailers, Quiosques e Similares, afirma que o cadastro mostra a intenção da Administração em resolver a situação dos comerciantes. Mas ele afirma ainda não estar satisfeito com a medida.

– Este cadastramento foi incompleto, muitos ficaram de fora – disse Ribeiro

Ricardo Pires disse que pedirá à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente a elaboração de um modelo para os quiosques.

– Queremos um modelo para os quiosques. Esse padrão deve estar de acordo com o projeto urbanístico de Brasília. A situação atual, cada quiosque de um jeito, não pode ficar – comentou.

Segundo o administrador, os dados do cadastro serão encaminhados à Secretaria de Justiça e Cidadania.

Valter de Sousa, assessor especial da Secretária de Justiça e Cidadania, disse que o projeto para a regularização do comércio em área pública já está sendo elaborado. Segundo ele, os dados do levantamento da Administração de Brasília serão levados em conta.

– Nossa idéia é que os quiosques sejam parte do cartão postal de Brasília. Que estes comerciantes se tornem micro-empresários – comentou.

O assessor disse que ainda não foram decididos os critérios para a regulamentação. Segundo ele, o projeto de regularização deve ficar pronto em 90 dias.

– O projeto será levado para apreciação do Ministério Público. Não sabemos ainda se será concedida permissão de uso do espaço público ou se será aberto processo de licitação – informou.



Quiosques: quem não se cadastrou não será regularizado

Feira do Rolo resiste a Ministério Público

Faltam menos de 11 dias para terminar o prazo dado a Administração da Ceilândia para a desativação da Feira do Rolo. Mas, a feira, conhecida como ponto de recepção e venda de produtos roubados na Ceilândia Sul, continua funcionando normalmente.

No dia 11 de abril, foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público do Distrito Federal, a Administração Regional de Ceilândia e a Terracap. Pelo acordo, a administração tem

prazo de 120 dias para a desativação completa e definitiva da feira.

O promotor do Tribunal de Justiça da Ceilândia, Alexandre Sales, disse que a feira está em área irregular.

– Esta área é pública e de acordo com a Terracap, o terreno deveria ser usado para atividades culturais e não de comércio. Aqui deveria ser construída, por exemplo, uma biblioteca. Está ocorrendo desvio de função da área – explica.

Além disso, o promotor afirma

que não existe nenhuma autorização para o funcionamento da feira.

– Os feirantes nos apresentaram um documento que alegam ser a autorização para funcionarem no local. Porém, a autorização não é válida. A feira não pode funcionar – afirma.

O administrador regional de Ceilândia, Aduari Gomes, informa que constituiu uma comissão técnica para analisar o TAC e que antes do fim do prazo de 120 dias, a administração terá a solução para o caso. (P.M.)